

**Padrões Discursivos na Interpretação dos Gestores Públicos de Uberlândia Sobre
Corrupção: Paternalismo, Patrimonialismo, Elitismo e Coronelismo**

Luiz Romeu de Freitas Júnior
Universidade Federal de Uberlândia.

Cíntia Rodrigues Oliveira de Medeiros - cintia@ufu.br
Universidade Federal de Uberlândia.

Resumo

A subjetividade e o sentimento individual que envolvem a interpretação da corrupção (BREI, 1996) são fatores pouco considerados nos estudos nacionais sobre o fenômeno. O objetivo desta pesquisa é explorar as interpretações de gestores públicos de Uberlândia acerca da corrupção visando à identificação de padrões de regionalidade. Foram realizadas vinte entrevistas com gestores públicos atuantes na cidade de Uberlândia, nas esferas estadual e federal. A partir da técnica de Análise Crítica do Discurso, foram levantados quatro padrões distintos na fala dos gestores públicos participantes da pesquisa: o paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo. A partir dos resultados encontrados, apontamos que o discurso dos entrevistados corrobora o discurso hegemônico quando afirma que a formação cultural da região de Uberlândia, bem como do Brasil, é um fator que contribui para a perpetuação da corrupção.

Palavras-chave: Gestor Público; Regionalidade; Corrupção.

1. Introdução

Escândalos de corrupção ganharam notoriedade na mídia, desde a década de 2000. Esses têm ocorrido de forma constante, como o escândalo do Mensalão (2005-2006) e, mais recentemente, as ocorrências de corrupção provenientes dos casos exemplificados pelas operações do Ministério Público Federal, Lava-Jato e Zelotes. Os problemas relacionados com a corrupção, independentemente se a esfera é pública ou privada, tendem a estar ligados às ações humanas e podem ser analisados sob diversos pontos de vista, o que promove a variedade de entendimentos dos níveis de aceitação da corrupção, conforme a gradação menor ou maior em determinadas culturas (TORSELLO; VERNARD, 2015). A corrupção é ainda percebida de diferentes formas pelos indivíduos, envolvendo subjetividades individuais profundas e sentimentos intensos (BREI, 1996).

Muitos trabalhos acadêmicos na literatura nacional (BORINI; GRISI, 2009; SANTOS; GUEVARA; AMORIM, 2013; MELO; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015)) partem de uma perspectiva quantitativa para analisar o fenômeno. Na literatura dos estudos organizacionais no Brasil, há uma lacuna em relação a estudos que envolvam a interpretação da corrupção por gestores públicos atuantes em nosso país. A compreensão da corrupção como um fenômeno organizacional é necessária, mas o avanço além dos estudos gerenciais, adentrando nos contextos sociológicos, também é necessário para obtermos um entendimento a partir de uma nova perspectiva das interpretações individuais dos gestores públicos.

Com base na perspectiva de que, nos estudos organizacionais, existe uma lacuna na produção científica que se compromete em conhecer a corrupção a partir da interpretação dos discursos dos gestores, chegamos à seguinte questão que orienta este estudo: Quais são os padrões de regionalidade interpretados pelos gestores públicos de Uberlândia em relação à prática da corrupção? Para responder a essa questão estabelecemos como objetivo da pesquisa: explorar as interpretações de gestores públicos de Uberlândia acerca da corrupção visando à identificação de padrões de regionalidade.

Escolhemos como *corpus* de pesquisa para nossa pesquisa os gestores públicos atuantes em Uberlândia, nos setores de saúde e educação, nas três esferas da administração pública. Essa escolha justifica-se por essas áreas, conforme o relatório do Mapa da Corrupção no Brasil (MPF, 2017), serem aquelas que apresentam no estado de Minas Gerais uma maior incidência de casos de corrupção. Nossa pesquisa propõe a análise da corrupção enquanto um fenômeno político, buscando contribuir para a sua compreensão a partir das interpretações das pessoas entrevistadas, bem como entender uma possível relação dessa interpretação os padrões de regionalidades identificados pelos entrevistados com a manutenção da corrupção.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: depois desta introdução, apresentamos a revisão da literatura sobre corrupção e os elementos culturais. Prosseguimos com a descrição dos procedimentos metodológicos, a análise dos resultados e encerramos o artigo apresentando nossas conclusões.

2. Revisão Teórica: Corrupção e elementos culturais

Embora não haja consenso sobre a associação entre cultura e corrupção, alguns estudos consideram a cultura como uma influência sobre essas causas (FISMAN; MIGUEL, 2007; CONNELLY; ONES, 2008; BARR; SERRA, 2010). Para Connelly e Ones (2008), a cultura e os estabelecimentos culturais podem fomentar atos corruptos. Os autores fazem essa afirmação com base nos estudos de Hofstede (1980), para quem a cultura é uma roteirização coletiva da mente, assim, a aceitação ou a rejeição a esse fenômeno podem estar a ela condicionadas.

Quatro variáveis de Hofstede (1997) foram utilizadas por Husted (1999) para indicar a relação da cultura com a corrupção: (i) distância do poder - nível de aceitação dos membros subordinados de instituições sobre a distribuição do poder de forma desigual; (ii) individualismo - as decisões tomadas por uma pessoa são influenciadas pelo seu grau de individualidade ou coletividade; (iii) masculinidade - a abordagem utilizada refere-se ao sucesso material em detrimento da qualidade de vida; e (iv) a redução da incerteza - referindo-se ao nível em que ela pode ser sentida como ameaça pelos membros de uma cultura, provocando a busca por sua erradicação.

A partir dessas variáveis, Husted (1999) criou quatro hipóteses para observar o nível de corrupção percebida em um país, confirmando três delas: a distância de poder, que, quando alta, remete à tolerância de práticas corruptas por uma população; a masculinidade, que leva à busca do sucesso material em primeiro lugar, havendo maior tolerância na percepção de questões éticas em práticas comerciais, abrindo, assim, caminho para a corrupção; e a redução da incerteza, que garante um resultado certo em um cenário de incertezas com indivíduos dispostos a pagar subornos para que esse cenário se transforme.

A cultura entendida como uma das causas da corrupção, ou mesmo a consideração de existência de uma cultura de corrupção, é explicada por Barr e Serra (2010) a partir da internalização de normas por uma determinada sociedade. Quando as normas anticorrupção são absorvidas pela sociedade, provavelmente, as possibilidades de redução da motivação para o envolvimento com a corrupção serão maiores. Por esse entendimento, indivíduos que crescem em sociedades nas quais há maior predominância da corrupção, provavelmente, a aceitarão com maior facilidade (BARR; SERRA, 2010).

Fisman e Miguel (2007) realizaram, no período de 1997 a 2005, uma pesquisa com diplomatas de 146 países diferentes, para verificarem seu comportamento em relação à infração às leis que regulam o estacionamento na cidade de Nova York, uma vez que, até 2002, esses diplomatas tinham imunidade sobre leis locais, o que lhes dava a opção ou não de respeitarem a lei. Os autores descobriram que a infração às leis está fortemente relacionada aos níveis de corrupção existentes no país de origem do indivíduo.

Também buscando entender a relação entre a cultura e a corrupção, Barr e Serra (2010) pesquisaram o comportamento de estudantes da graduação e pós-graduação frente à ação corrupta e a sua relação com os níveis de corrupção dos países de origem dos indivíduos. Os autores obtiveram resultados indicativos de que, com os primeiros, há uma relação entre os níveis de corrupção do país de origem e sua tendência em agir de forma corrupta, o que não ocorreu ao pesquisarem estudantes de pós-graduação.

Barr e Serra (2010) observam ainda que na relação país de origem x atitude corrupta, as conclusões do estudo de Fisman e Miguel (2007), que foi realizado com diplomatas e

concluiu que a ação corrupta tem relação direta com os níveis de corrupção do país de origem, devem ser consideradas de forma parcial, pois, para eles, a corrupção é um fenômeno cultural em partes, não podendo haver uma antecipação das ações dos indivíduos tendo como base seus países de origem.

2.1 A corrupção na história brasileira

Em nosso estudo admitimos uma postura na qual a ação corrupta dos indivíduos não se justifica pela cultura, entretanto, entendemos que é necessária uma contextualização histórica da corrupção no país, como uma forma de auxílio à compreensão da construção do discurso que associa a corrupção com a cultura. Na caracterização da sociedade brasileira como um “triângulo racial” entre as raças negra, branca e índia, a miscigenação, que é um traço português, é apresentada como algo que compõe a cultura brasileira. No entanto, é importante ressaltar que os portugueses, colonizadores do país, impuseram ao Brasil, entre outros elementos, o seu modo de produção e sua estrutura social (BORGES DE FREITAS, 1997).

O impulso para o expansionismo de Portugal foi pautado em interesses comerciais, militares e evangelizadores, com esses sempre equilibrando entre si. Os motivos comerciais levaram o país a avançar na colonização da costa africana, assim como na busca por rotas alternativas para o oriente (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Os elementos, supremacia do príncipe, comércio, quadro administrativo e guerra, que sempre foram marcas características de Portugal, fundamentaram o processo de construção do mundo social e político daquele país (FAORO, 2001).

Com o processo de exploração colonial cada vez mais em foco, Portugal e Espanha, com o intuito de evitar novas guerras pela Europa, assinaram o Tratado de Tordesilhas. Com isso, esses países dividiram os territórios “americanos” que, já em 1493, eram conhecidos, mas com tímida iniciativa de exploração, talvez porque, até aquele momento, pelo menos, para Portugal, os lucros obtidos no Oriente fossem suficientes. No entanto, em 1500, foi realizada nova expedição em direção ao Brasil, para, então, iniciar o processo de colonização nesse país (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A formação nacional de Portugal, que teve forte influência do povo judeu, contou com o traço aventureiro, também incorporado na cultura brasileira. Os judeus eram detentores de elevada capacidade intelectual e almejavam a ascensão social, alternativamente aos critérios de sangue impostos pela nobreza, então, desenvolveram o bacharelismo para representar sua promoção social. Assim, já era evidente o posicionamento de desprezo pelo trabalho manual dos judeus, fato que influenciou na caracterização da economia portuguesa como mercantilista e burguesa, e não mais agrária (BORGES DE FREITAS, 1997).

As figuras do aventureiro e do trabalhador são dois tipos que fundamentam as atividades humanas. No processo de colonização do Brasil, pode-se afirmar que os primeiros associam-se aos coletores ou caçadores, enquanto os segundos, aos povos lavradores. São perfis distintos, devendo-se destacar que a vida nacional se caracterizou com a figura do trabalhador em segundo plano e o perfil aventureiro, unindo-se a diversos outros fatores, como o choque de raças, costumes e padrões, orquestrando-se na dinâmica da formação social brasileira (HOLANDA, 2009).

A conveniência para o cultivo e produção nas terras colonizadas e a demanda do mercado europeu originaram no Brasil a instauração de um modelo que convergiu com a exploração latifundiária e a monocultura posteriormente adotada. As grandes propriedades rurais

tonaram-se as unidades de produção no país, assim, restava resolver a questão da força de trabalho que, até então, não existia de forma plena devido à tentativa frustrada de introduzir a mão de obra dos índios. Diante dessa tentativa mal sucedida, a mão de obra proveniente da África, com a vinda dos escravos ao país, resolveu a questão da força de trabalho e reforçou a hegemonia portuguesa sobre os demais povos que habitavam o Brasil (HOLANDA, 2009).

A dinâmica desses três povos, segundo Prado Júnior (2000), consistiu na incorporação dos povos índios e negros pelos portugueses à sua sociedade, pelas vias da força e violência, o que culminou em uma sociedade formada sob a ausência donexo moral. Nessa sociedade, que seria a gênese da sociedade brasileira, os indivíduos apenas coexistiam, ficando clara a relação de subordinação entre o escravo e seu senhor.

Com o exercício da violência instaurado pelo sistema escravocrata, emergiram hábitos e costumes que marcaram a sociedade brasileira. A delimitação de fronteiras entre área social e de serviços nos prédios na sociedade contemporânea, com os empregados que guardam a marca do passado africano em sua cor utilizando espaços de forma segregada, remete de forma simbólica à divisão da arquitetura da casa-grande e senzala do período colonial. De forma similar ao período da escravidão, quando os indivíduos negros que trafegavam soltos eram presos pela suspeita de serem escravos, no período atual, os negros passam por situações de discriminação com base em alegações diversas que resgatam esse passado e origem (STARLING; SCHWARCZ, 2015).

A hierarquia das relações também surge como traço cultural brasileiro. Com a família patriarcal sendo o núcleo do sistema agrário no país, a sociedade brasileira construiu a sua noção de individualismo a partir de influências relacionais, assim, a unidade não está centrada no cidadão, mas nas relações sociais que esse indivíduo possui. A partir disso, institucionalizaram-se nas leis nacionais graduações e intermédios que privilegiam indivíduos de acordo com suas relações, e não em obediências às leis (BORGES DE FREITAS, 1997).

As famílias coloniais, mesmo sendo minoria, instauraram na sociedade os conceitos de poder, respeito e obediência. Assim, a hierarquização da sociedade foi normalizada, sendo compreendida como forma necessária de harmonia e coesão. Esse traço tem influência sobre comportamentos machistas, preconceitos raciais e em grande parte das formas de abuso de poder (BORGES DE FREITAS, 1997).

No cenário do Brasil colonial, a corrupção se desdobrou de forma natural, pois não havia um sistema jurídico ordenado, nem mesmo a dicotomia entre o público e o privado. O que se notava era a formação da figura do soberano como o equilíbrio de poderes dos grupos sociais que conviviam (FIGUEIREDO, 2012). Esse é o denominado caráter patrimonialista, que remete à formação histórica de Portugal e está conectado de forma consequente com a formação histórica do Brasil (FAORO, 2001).

Com o surgimento de um quadro administrativo é que a dominação, antes caracterizada como patriarcal, tende a se tornar patrimonialista (PORTELA JÚNIOR, 2012). Em um sistema que não possui privilégios, direitos e obrigações fixados, a administração é tratada como um assunto pessoal do soberano (FAORO, 2001). Por sua vez, o patrimonialismo qualifica uma forma de dominação na qual seus controladores ou dominadores fazem com que os dominados ajam de modo a acreditar como se fossem portadores de uma vontade que não é própria deles (CAMPANTE, 2003).

O patrimonialismo é distinto das formas de dominação tradicionais, pois o poder do dominador consiste na vontade de obedecer das pessoas que estão em situação de dominação. O patrimonialismo “estamental” surge a partir da apropriação monopolizadora dos poderes oficiais por seus detentores, que, de uma forma estamental, definem um quadro administrativo regulado pelo pertencimento a um determinado nível político e social (PORTELA JÚNIOR, 2012).

A descentralização e a ineficiência governamental são dois traços do patrimonialismo que desenvolvem um corpo social (o estamento) que, conforme Faoro (2001), se traduz no patronato político brasileiro. O estamento é característico e contraditório ao mesmo tempo, uma vez que trabalha sempre contra o poder pessoal arbitrário do governante (CAMPANTE, 2003). Se a administração pública foi influenciada pelos traços relacionais e hierárquicos, esses, por sua vez, influenciaram para o surgimento de um traço marcante na cultura brasileira, denominado como malandragem, para se referir à maestria na condução do “jeitinho”, que são as relações de intimidade como uma saída para o impasse entre pessoal e impessoal (BORGES DE FREITAS, 1997).

Rodrigues et al. (2011) analisaram o “jeitinho”, concluindo que esse traço cultural tem um impacto negativo sobre as pessoas e a ordem social, pois ocorre a quebra de regras formais e eventuais prejuízos a outros indivíduos. No entanto, os autores levantaram que ele pode ser entendido como uma estratégia inovadora para resolver problemas, por meio do uso da influência social combinada com outros artifícios para atingir objetivos pretendidos. Os participantes desse estudo demonstraram que as práticas bem sucedidas do “jeitinho” são mais lembradas que as mal sucedidas, fato que possivelmente explique a prevalência do fenômeno no Brasil.

Paralelamente ao processo de dispersão popular e expansão do povoamento para o interior do país no Brasil Colônia, o que foi motivado por fatores diversos, como a busca por metais preciosos, expedições para aprisionar índios no centro do país, as missões catequizadoras no extremo norte e o avanço de rebanhos no nordeste (PRADO JÚNIOR, 2000), uma série de mudanças aconteceram no Brasil e em Portugal, por diversas razões, dentre elas, a crise política na coroa portuguesa que ocasionou a instalação da corte no Brasil, inaugurando a fase imperial no país (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A independência do país ocorrida em 1822 seguiu-se de uma política geográfica frustrada, na qual não foi observada a independência das províncias, pelo contrário, a descentralização proposta nos momentos iniciais de independência do país não aconteceu. A verdade é que as câmaras estavam dominadas pelas províncias e os prefeitos e subprefeitos se sobrepunham nas decisões de nomeação de fiscais e de propostas à câmara de medidas necessárias ao bem dos municípios (FAORO, 2001).

A partir de 1836, a história política do Brasil resumiu-se na luta de dois partidos, o liberal que defendia a soberania popular, monarquia descentralizada, o Senado eletivo e o fim do Poder Moderador e o conservador, que por outro lado defendia a centralização, a soberania do poder do imperador, a não realização de reformas e o Poder Moderador sem a responsabilidade ministerial (FAORO, 2001).

O traço personalista, conforme Holanda (2009), sempre teve bastante força no período Imperial, pois os membros do senado, que eram escolhidos pelo Imperador, eram criticados com muito mais leveza pelo povo e a imprensa do que os deputados que eram eleitos por essa mesma população. No entanto, desde o Primeiro Reinado brasileiro, a noção de corrupção não

foi muito explorada, até o momento em que, no Segundo Reinado, pós-período de prosperidade econômica (entre 1850 a 1870), o Partido Republicano foi fundado e o exército começou a emergir como instituição que se negava a ser meramente caçadora de escravos em fuga (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Nesse cenário, o Império começou a demonstrar suas fragilidades. No entanto, foi a partir de 1880 que começou a caracterização do regime como passível de corrupção, com os primeiros casos de escândalos do tipo sendo noticiados pela imprensa. Com os escândalos de corrupção, a monarquia se mostrou vulnerável, exaltando, principalmente, a sua complicada relação entre as esferas públicas e privadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Sobre as questões que envolvem a dissolução do Império, Faoro (2001, p.687) pontua que “O poder pessoal, o imperialismo se exaurem, não pelo excesso de poder, mas pela indefinição entre imaginações exaltadas, consciências imantadas por outros ideais, feridas pela missão de um destino em que a fantasia pode mais que a morna realidade”.

As acusações de corrupção que surgiam se faziam referentes ao sistema, o que também aconteceu no período da Primeira República. A crítica era feita massivamente à não promoção do bem público, residindo o problema na oligarquia e opressão do sistema. Entretanto, a partir de 1945, houve uma alteração na semântica do termo e ele passou a ser associado à ação individual e à falta de moralidade das pessoas (CARVALHO, 2012).

No pensamento político contemporâneo, essas relações pessoais nos assuntos estatais revelam um atraso social que remetem a uma crítica aos traços patriarcais, patrimoniais e estamentais, os quais são detectados na administração pública quando se verificam comportamentos ligados à corrupção, clientelismo, favoritismo, dentre outras práticas que não separam as esferas pública e privada (SILVEIRA, 2006).

Entendemos que as relações em nossa sociedade atual não são frutos de influência dos traços culturais discutidos nesta seção, no entanto admitimos que há um senso comum, fora da área acadêmica, que é muito enfático em afirmar o discurso de que a corrupção tem uma ligação direta com a cultura e a história de nosso país. Nesse sentido, esta seção foi construída como uma forma de auxiliar a compreensão de tais discursos que fazem tal associação, principalmente, no contexto do serviço público, que é nosso objeto de estudo.

3. Procedimentos Metodológicos

Como o objetivo de nossa pesquisa reside em explorar as interpretações de gestores públicos de Uberlândia acerca da corrupção visando à identificação de padrões de regionalidade, entendemos que a pesquisa qualitativa se apresentou como a mais adequada, uma vez que, conforme Flick (2009), esse tipo de pesquisa dirige-se a analisar, em suas peculiaridades, casos que sejam concretos quanto ao tempo e local, a partir das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.

A técnica escolhida para composição do corpus de pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Elaboramos um guia de entrevista com tópicos-chave que serviram como direcionamento na conversa com as pessoas entrevistadas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, e, posteriormente, transcritas e analisadas. As entrevistas foram repetidas até o alcance do ponto de saturação (BAUER; GASKELL, 2002), que ocorreu na vigésima entrevista, sendo sua aplicação feita de forma sequencial, com respostas em aberto.

Definimos como população para nossa pesquisa os gestores públicos atuantes nas áreas da saúde e educação, duas áreas que sofrem um grande impacto negativo por conta dos casos de

corrupção, das três esferas da administração pública do quadro de servidores públicos da cidade de Uberlândia-MG que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016, contava com uma população de 669.672 habitantes. Os participantes da pesquisa não foram identificados com o intuito de terem a sua privacidade garantida. A pesquisa foi realizada com um total de vinte servidores públicos, sendo dez atuantes na esfera estadual e dez atuantes na esfera federal, em órgãos situados na cidade de Uberlândia-MG. Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFU.

A escolha da realização da pesquisa na cidade de Uberlândia-MG é justificada pela relevância em se conhecer o comportamento dos gestores atuantes na região na qual a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está inserida e, ainda, pela cidade estar no estado de Minas Gerais que conforme o Mapa da Corrupção (MPF, 2017) é o terceiro estado brasileiro com maior número de ocorrências de casos de corrupção.

A motivação na escolha de órgãos integrantes das áreas de saúde e educação na cidade está no fato destas áreas, conforme informações do Mapa da Corrupção (MPF, 2017) serem as áreas no estado de Minas Gerais com maior incidência de processos relacionados à corrupção. O corpus de gestores atuantes nas áreas da saúde e educação, atuam na Superintendência Regional de Saúde de Minas Gerais – Unidade Uberlândia, Superintendência Estadual de Educação de Minas Gerais – Unidade Uberlândia, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal de Uberlândia.

As entrevistas tiveram duração mínima de vinte e nove minutos e dezesseis segundos e a máxima de oitenta e oito minutos e vinte e sete segundos, sendo um total de quatorze horas, dezesseis minutos e trinta segundos. A primeira entrevista foi realizada em 20 de setembro de 2017 e a última entrevista foi realizada em 18 de outubro de 2017.

Após a transcrição das entrevistas, que foi feita com o auxílio do *Express Scribe Transcription Software*, ferramenta de transcrição de entrevistas, procedemos para análise das entrevistas, através da técnica denominada Análise Crítica de Discurso (ACD). As abordagens críticas, conforme enuncia Fairclough (2001), se diferem das não críticas por mostrarem como os discursos se moldam por relações de poder e ideologias, além das construções que o discurso detém sobre as identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença que, normalmente, não são aparentes aos participantes do discurso.

Em nosso estudo, utilizando o modelo de ACD tridimensional proposto por Fairclough (2001), buscamos realizar uma análise, em um primeiro momento, a partir da análise das palavras de forma individual, observando também a gramática que, para Fairclough (2001), é socialmente construída, e, ainda, a própria coesão do texto e as propriedades textuais mais amplas dos discursos. Ressaltamos que algumas limitações quanto à análise linguística podem ser encontradas nesta dissertação, haja vista que ela não está interposta no campo da linguística. Tais limitações podem ser abrandadas em nosso trabalho, conforme o que Fairclough (2001) denomina no desenvolvimento de sua teoria social do discurso, como análises multidimensionais que envolvem, além do texto, a análise das práticas discursivas e das práticas sociais.

A segunda forma de análise realizada foi a das práticas discursivas, que dizem respeito à produção do discurso. Nessa forma de análise, buscamos levar em consideração a produção dos discursos, a finalidade para a qual eles foram proferidos e para qual receptor eles foram produzidos. Além dessas análises nas práticas discursivas, analisamos ainda a presença da intertextualidade e da interdiscursividade nos discursos. Fairclough (2001) afirma que a intertextualidade é a relação com outros textos e que pode ser percebida nas práticas de

discursos. Nesse sentido, ao analisarmos o discurso de um gestor público, em alguns momentos, buscou-se analisar a relação desse com discursos de outros períodos da história que contextualizam o discurso apresentado pelo enunciador.

As ideologias, conforme Fairclough (2001), são as responsáveis pela forma como o poder se transforma e se constitui. Assim, concluindo a análise a partir da proposta do modelo tridimensional, realizamos a análise das práticas sociais que, conforme o autor, são consequências das práticas discursivas, uma vez que as ideologias refletidas nos textos dizem respeito a ambas as práticas (discursivas e sociais). Em nossa análise, consideramos o posicionamento dos discursos em relação aos discursos hegemônicos.

4 A regionalidade e os padrões encontrados nas interpretações dos entrevistados que auxiliam na compreensão da corrupção

A dificuldade que os gestores entrevistados tiveram em sinalizar para exemplos de casos de corrupção e, conseqüentemente, dos prejuízos dessa prática nas organizações da região denota uma característica encontrada em seus discursos de que, apesar de reconhecerem e terem um conceito para a corrupção, não percebem seus prejuízos e atuação de forma clara, a ponto de exemplificarem sua ocorrência na região. Nos fragmentos 001 e 002, o entrevistado Joaquim, ao ser questionado sobre a ocorrência de casos de corrupção na cidade e região de Uberlândia em organizações do setor público, privado e ONGs, não soube citar nenhum exemplo:

Fragmento 001 -Não, de Uberlândia, no momento, não lembro assim... (Joaquim, em entrevista, 2017).

Fragmento 002 -Olha, aqui na região eu não sei te falar não. A gente vê mais esses exemplos, mais a níveis nacionais mesmo, que acaba dando mais repercussão e tal... Talvez, até tenha aqui em Uberlândia, mas eu não tenho lembrança de ter visto notícia nesse sentido (Joaquim, em entrevista, 2017).

Nos fragmentos acima, o advérbio de negação “não” foi utilizado em ambos os casos. No caso do fragmento 081, o advérbio “talvez” foi utilizado, indicando a possibilidade de existência, assim como a conjunção adversativa “mas”, seguida do advérbio “não”, para indicar que o entrevistado não tem lembrança de nenhum caso de corrupção relacionado com ONGs na região.

Ao ser questionada sobre a existência/exemplo de algum caso de corrupção em entidades do Terceiro Setor (ONGs) na região de Uberlândia, o discurso da entrevistada Elvira foi semelhante ao do entrevistado Joaquim, como podemos observar no fragmento 003: “ Não, não tenho certeza... não tenho não (Elvira, em entrevista, 2017).

A entrevistada Cláudia, no fragmento 004, assim como o entrevistado Galeno, no fragmento 005, também têm um discurso semelhante quando questionados sobre os impactos da corrupção na região:

Fragmento 004 -Uberlândia? Uberlândia... não vem a minha mente agora não, mas, certamente, tem... Tinha um que eu falava que era histórico, mas que agora finalizou ele, que era o Teatro Municipal. Ficou anos e anos parado, né? Mas agora, ele, pelo menos, está funcionando... (Cláudia, em entrevista, 2017).

Fragmento 005 - Olha, pensando aqui, dentro do município, eu não tenho conhecimento de algum fato que seja significativo ou não significativo, assim, de corrupção. O que eu consegui enxergar até hoje aqui é má administração... (Galeno, em entrevista, 2017).

No fragmento 004, a utilização da interrogação seguida do advérbio de negação “não”, utilizado de forma combinada duas vezes na mesma frase, seguido da conjunção adversativa

“mas”, serviu para dar um sentido de que, apesar de não lembrar de nenhum caso de corrupção, a enunciativa acredita na possibilidade de existência dessa prática.

No fragmento 005, o enunciador Galeno utiliza o adjetivo “significativo” de forma seguida, na mesma oração, com e sem o advérbio de negação “não”, para indicar que a sua interpretação é indiferente à corrupção na região de Uberlândia e que há, de sua parte, a interpretação de uma má administração pública em nível municipal.

A entrevistada Janice, no fragmento 006, discursa sobre a sua visão da **concentração do poder** na região de Uberlândia a partir de uma concepção da influência das raízes históricas:

Não, de jeito nenhum. Eu acho que é do mesmo jeito... assim, o poder fica muito tempo numa mão e aí esse pessoal vai achando as formas de, né? [...]

[...] Vejo, vejo, os grandes coronéis aqui de Uberlândia. Se você não fizer parte do grupo de coronéis, você está fora... Foi aí, o Gilmar Machado demonstrou isso claramente. Ele foi também um coronel, ele não foi nada diferente do outro grupo, ou você era amigo da mulher dele, se você tivesse amizade com a mulher dele, você tinha a conquista de algum lugar ao sol... (Janice, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “Não, de jeito nenhum. Eu acho que é do mesmo jeito”, ocorre a utilização do substantivo “jeito” seguido do pronome indefinido “nenhum”, ambos precedidos pelo advérbio de negação “não”, em resposta ao questionamento feito à entrevistada se ela acreditava haver diferença da formação histórica de Uberlândia em relação à nacional.

A utilização do pronome pessoal “eu” e da expressão “mesmo jeito” confirma a sua interpretação, que é detalhada na seleção “o poder fica muito tempo numa mão”, trazendo a formação semântica por meio do uso do pronome indefinido “muito”, que, por sua vez, precede o substantivo “tempo”, de que o poder é concentrado por longos períodos em apenas um grupo, o que é representado no discurso pelo substantivo “mão”.

A enunciativa Elvira aponta em seu discurso sua interpretação acerca do patrimonialismo nas relações de gestão da região, conforme podemos observar no fragmento 007:

Acho sim, por exemplo, já está à frente do poder há muito tempo... aqui, em Uberlândia mesmo, né? Tem uma família que foi prefeita há muito tempo. Agora, o filho é vereador, é, e aí a cidade tomou um rumo que beneficiou pra ele, cresceu pra um lado onde eles têm um monte de terreno [...] (Elvira, em entrevista, 2017).

A enunciativa utiliza, na seleção lexical “...já está à frente do poder há muito tempo”, o advérbio “já” combinado com o verbo “estar”, conjugado no plural na terceira pessoa do presente do indicativo, reforçando com a expressão “muito tempo”, utilizada no final da seleção, para dar ênfase ao tempo em que as famílias se perpetuam no poder, de acordo com a enunciativa. A seleção lexical “...aí a cidade tomou um rumo que beneficiou pra ele” traz a formação semântica de que o desenvolvimento da cidade ocorreu em função de beneficiar o vereador mencionado por ela, dando o sentido de patrimonialismo e personalidade na gestão.

O enunciador José, em seu discurso, conforme fragmento 008, coloca em evidência a característica conservadora que observa na região de Uberlândia e credita a ela uma postura que mantém a prática do “jeitinho”:

Ah, eu acho que sim... o mineiro, ele tem uma característica muito conservador, né? E a gente acaba com esse conservadorismo, mantendo esses aspectos culturais e históricos? Né? Seguindo a tradição de ficar facilitando as coisas de levar um jeitinho (José, em entrevista, 2017).

O entrevistado José utiliza o substantivo “conservador” para se referir à população e o associa com uma postura conivente com aspectos históricos do Brasil que facilitam o chamado “jeitinho” que, no discurso, tem um sentido semelhante à corrupção.

Diferentemente do entrevistado José, que associa o conservadorismo à formação histórica e à manutenção do “jeitinho” como sinônimo de corrupção, o entrevistado Lucas, no fragmento 009, aborda em seu discurso a forma como Uberlândia foi construída e influenciada pelo **paternalismo**:

Uberlândia... Uberlândia! A história de Uberlândia não é diferente. A história de Uberlândia é que eram três fazendas no começo de Uberlândia, pessoas que saíram da região, bandeirantes, né? Saíram da região de São Paulo e veio aqui pro Triângulo Mineiro, né? Vieram pessoas, dividiram isso aqui em três fazendas, uma dessas pessoas, era só um, não tinha família, não tinha nada, você entendeu, assim? Aí, construíram toda essa região aqui ó, era de uma pessoa, um negro, por isso que aquela região ali chama Tenda do Moreno. Não sei se você conhece, já ouviu falar dessa parte aí, essa pessoa pega e falece, onde os donos dos cartórios dessa cidade, da época, assim que observam a morte desse rapaz, pega todas essas terras, passa pro nome de uma pessoa só, de uma forma assim, "ah, é assim e pronto". Agora você me pergunta: LUCAS, você é a favor, então, por causa disso, você é a favor da reforma agrária e da reforma urbana? Lógico! Lógico! Porque teve pessoas que se beneficiou através de atos corruptíveis e que pegou essas terras e colocou no nome de uma pessoa só, porque ele era dono do cartório. Essa é a história de Uberlândia, e você pega esse povo do Virgílio Galassi aí, esses Galassi, é tudo advindo dessa história, se transformaram nas famílias mais ricas dessa cidade, obtendo lucros e mais lucros, explorando o outro, através da exploração, entre dominantes e dominados (Lucas, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza o substantivo “famílias”, o adjetivo “rico” e, também, o substantivo “lucros”, juntamente com o advérbio de intensidade “mais”, repetidas vezes, bem como o verbo “explorar”, conjugado no gerúndio, na seleção lexical “...se transformaram nas famílias mais ricas dessa cidade, obtendo lucros e mais lucros, explorando o outro”, atribuindo uma formação semântica de que as famílias ricas da época da formação da cidade de Uberlândia obtiveram lucros por meio da exploração e de um processo de dominação que ele sintetiza com o uso das palavras “dominantes” e “dominados”.

O **paternalismo** foi também uma característica apontada pelos entrevistados como pertinente à região de Uberlândia. No fragmento 010, a entrevistada Alzira utiliza a gestão pública municipal como exemplo de demonstração de práticas de gestão paternalistas:

Fragmento 010 - [...] mas esse nosso atual prefeito, ele não... extremamente paternalista mesmo. Acompanhá-lo na página dele no *Facebook*, entra lá pra você dar uma olhada... a ideia é de que a cidade é dele, que ele cuida, né? E que dele, no sentido nossa, como se a cidade fosse uma grande família e ele fosse um pai, muito... (Alzira, em entrevista, 2017).

A entrevistada Alzira utiliza o advérbio de intensidade “extremamente”, o termo “paternalista” e o adjetivo “mesmo” para reforçar como percebe a administração pública municipal da cidade. Ainda no fragmento 010, a entrevistada utiliza a contração “dele”, por duas vezes na mesma frase, em conjunto com o pronome pessoal “ele”, para se referir ao prefeito da cidade, o que enfatiza a sua interpretação personalista e paternalista do prefeito uberlandense.

O termo **coronelismo** também foi observado nos discursos dos entrevistados como uma característica própria da região de Uberlândia no que diz respeito à gestão. O entrevistado Saulo, no fragmento 011, discute a respeito:

Ah! A gente vive um coronelismo, né, cara! A gente vive uma sociedade coronelista, manda quem pode, obedece quem tem juízo [...] [...] essas elites, derivadas dos antigos homens bons no período colonial, o mesmo perfil de político compõe a câmara municipal, assim como o Congresso brasileiro e são os detentores, né? São os patriarcas, como você diz, são os que se apropriaram de maneira fisiológica do poder. O poder é deles e qualquer outro que tente fazer diferente vai sofrer com a ira das pragas do Egito, cara [...] (Saulo, em entrevista, 2017).

O enunciador no fragmento 011 utiliza a associação das palavras “coronelistas”, “manda”, “pode” e “obedece” quando usa a expressão “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, dando um sentido de que a sociedade da região de Uberlândia é passiva frente a um patriarcado. O enunciador ainda justifica a sua colocação explicando que os agentes políticos no nível municipal e federal são os detentores do poder, e que esses não permitem que haja um comportamento diferente do que eles anunciam.

De forma semelhante ao discurso anterior, o entrevistado Francisco, no fragmento 012, também cita o “coronelismo” como um traço forte da região de Uberlândia:

[...] ou seja, Uberlândia foi uma cidade de coronéis, né? Digamos assim, de prefeitos que trabalharam mais pra eles do que pra cidade. Aí esse negócio, "ah, a cidade cresceu, movimentou...", sim, mais isso foi consequência de eu estar dando privilégios pra eles e pra mim também, né? Então, eu trago aí, a AMBEV. A AMBEV veio pra Uberlândia. Na época, ela fez doação de campanha para o Gilmar Machado, se eu não estou enganando, R\$ 350.000,00, mas fez pro Luiz Humberto de R\$ 300.000,00, ou seja, eu faço campanha para os dois, porque os dois vão me aceitar e, em nome disso, eu dou uma outorga de águas de um rio, que água é um recurso muito escasso, eu dou uma outorga de 20%, ou seja, de cada 10 litros de água, ó AMBEV, você pode pegar 2 do rio, viu? Pra fabricar sua cerveja, ou seja, isso não foi discutido, isso teve um preço pra ela vir pra cá... Ah, região, logística, água, né? Principalmente... qual outra cidade, numa crise hídrica, iria ceder água nessa quantidade... (Francisco, em entrevista, 2017).

Na seleção lexical “...Uberlândia foi uma cidade de coronéis”, o enunciador utiliza o verbo “ir” na terceira pessoa do singular, conjugado no pretérito perfeito indicativo, para dar um sentido de que a cidade foi construída pelo ele denomina de coronéis. Na seleção “...de prefeitos que trabalharam mais para eles do que pra cidade”, é possível compreender que a definição que ele aponta para a prática do “coronelismo” se assemelha à gestão realizada com patrimonialismo e pessoalidade.

Em seu discurso, o enunciador ainda levanta indícios de corrupção que ele observa em nível de gestão municipal, quando cita o exemplo de uma grande corporação (AMBEV) que, conforme ele, teria se instalado na cidade com outorga de uso das águas da região por conta de financiamento de campanhas de dois dos principais concorrentes políticos à época de sua instalação.

A característica **pessoalista e patrimonialista**, sobre a qual o enunciador do fragmento anterior discursa, também é evidenciada no discurso da enunciativa Paula, no fragmento 013, assim como no discurso do enunciador Mateus, no fragmento 014:

Fragmento 013 - [...] de repente, começaram a asfaltar tudo ali, "ah! É porque são as fazendas do Virgílio, né?" O Virgílio era o prefeito, então, isso eu acho que é um abuso de poder, ou seja, ele usou a máquina pública pra beneficiar uma região que era dele, da família dele, né? É um exemplo assim que eu não tenho prova, não tenho assim... mas, como eu morava próximo, você via assim, "Ah! mas porque que está asfaltando isso aqui?" (Paula, em entrevista, 2017).

Fragmento 014 - [...] a gente elege político regionalizado. Meu bairro, ele é de um vereador. A minha microrregião elege um vereador, um deputado, então, eu acho que, nesse cenário, eles exercem um certo poder naquela região [...] [...] e, desse poder que ele tem, ele pode beneficiar, além do próprio município, beneficiar a própria região... Olha, minha família tem um pedaço de chão ali e ali pode ser montada uma fábrica de automóveis. Então, eu vou conseguir pra você um benefício no estado de ICMS, vou conseguir pra você um benefício e ele tem um poder muito grande porque ele coloca na mente que ele trouxe essa montadora de automóveis pra Uberlândia [...] (Mateus, em entrevista, 2017).

No fragmento 013, a entrevistada Paula faz uso de palavras como “abuso”, “poder” e “máquina pública” para dar o sentido de que a prática de gestão municipal que ela cita em seu

exemplo se baseava em abuso do poder público para um benefício privado. No fragmento 014, o entrevistado Mateus utiliza um exemplo semelhante ao utilizado pela enunciadora Paula.

Na seleção lexical “...e desse poder que ele tem, ele pode beneficiar além, do próprio município, beneficiar a própria região...Olha, minha família tem um pedaço de chão ali e ali pode ser montada uma fábrica de automóveis”, o entrevistado utiliza o pronome pessoal “ele” repetidas vezes, enfatizando o poder que é concentrado nos gestores públicos e, com a utilização da palavra “família”, atribui um caráter paternalista à característica que observa no gestor.

A seleção lexical “...porque ele coloca na mente que ele trouxe essa montadora de automóveis pra Uberlândia” traz a formação semântica de que a ação do gestor, com caráter pessoal e paternalista, foi justificada pelo fato de que esse gestor autoafirma sua ação como benefício para a cidade. O fragmento 015, emitido pelo enunciador João, também trata sobre as práticas patrimonialistas:

Ah! Não, aqui é uma bagunça, não só em Uberlândia, como aqui no Hospital. Vou dar um exemplo: Hospital do Câncer [...] [...] tá... lá dentro, aquela estrutura, aquele prédio que tá lá foi construído pelo grupo. Onde foi construído o prédio tem um terreno da UFU que é federal, da fundação, que é uma fundação sem fins lucrativos, mas ela tem um patrimônio de mais de um bilhão em Uberlândia e tem terrenos particulares, de vereadores, tudo ali, sabe? Então, é muito promíscuo. Uma coisa que me chama atenção em Uberlândia em relação a outras cidades, se você vai andando, você vai vendo um monte de terreno vago. Você passa, assim, de um bairro pro outro, você vê dez quarteirões de terreno vago. Aí você vai saber, são terrenos de ex-prefeitos, ex-vereadores. Então, o que que eles fazem, eles compram de uma forma facilitada aquilo ali, depois, ele estimula o crescimento da cidade pra supervalorização daquela área. Então, esse jogo de poder, de interesse... (João, em entrevista, 2017),

O entrevistado utiliza, no fragmento 015, o termo “bagunça” para se referir à sua prefeito acerca de práticas paternalistas no âmbito da organização em que trabalha e da cidade. O entrevistado ainda utiliza palavras como “promíscuo” para definir a relação patrimonialista que observa na organização em que trabalha, dando um sentido negativo às práticas ali instaladas.

Quando analisa a organização da qual faz parte, o entrevistado ressalta que ela está associada a uma situação na qual se misturam propriedades filantrópicas, propriedades públicas e propriedades particulares pertencentes a agentes políticos da região, o que pode ser entendido como uma forma de corrupção política. A partir da sugestão de prevaricação que há na fala do entrevistado, podemos afirmar que há a caracterização da corrupção.

Além dos traços analisados e discutidos nos discursos até aqui expostos, uma observação feita pelo enunciador Renato, no fragmento 016, que engloba as práticas intituladas como **coronelistas, paternalistas, patriarcalistas e patrimonialistas**, aponta para um **elitismo** que constrói um **autoritarismo** na região:

Dentro do que eu falei, nossa sociedade é uma sociedade fechada ali. Só olhar o nome das ruas, os Pacheco, os... como é que fala ali, os Carrijo e Rezendes e por aí, ou seja, isso aqui é um, continua sendo uma currutela de coronéis e tem essa influência até hoje [...] [...] O que é que a gente tem visto? Ministério Público, Ministério Público, os últimos acontecimentos da política, tanto nacional, quanto municipal, elas são extremamente influenciadas pelo Ministério Público, que toma decisão, o judiciário toma decisão diferentes, de acordo com a mesma situação pra diferentes indivíduos. Então, a justiça tem um lado, a imprensa tem um lado, a gente tem um... a imparcialidade não existe (Renato, em entrevista, 2017).

O enunciador, na seleção lexical “Dentro do que eu falei, nossa sociedade é uma sociedade fechada ali. Só olhar o nome das ruas, os Pacheco, os... como é que fala ali, os Carrijo e Rezendes e por aí, ou seja, isso aqui é um, continua sendo uma currutela de coronéis e tem essa influência até hoje”, utiliza o termo “sociedade fechada” em conjunto com “currutela de coronéis” para indicar o caráter que observa na sociedade que se encontra à frente da gestão da região de Uberlândia.

A seleção lexical “...que toma decisão, o judiciário toma decisão diferentes, de acordo com a mesma situação pra diferentes indivíduos” traz uma formação semântica de que as decisões do judiciário são influenciadas conforme o agrupamento social pode ser afetado.

No fragmento 017, o entrevistado Lucas reforça a característica que ele considera como tradicional e elitista:

Cara, aqui é o seguinte. Aqui em Uberlândia, Uberlândia é uma cidade extremamente tradicional, quem manda aqui nessa cidade, não sei se você é daqui. Uberlândia é uma cidade que quem manda são as grandes empreiteiras e uma elite bem casta aqui nessa cidade, onde elas são donas praticamente de tudo. Se você pegar um, pra administrar essa cidade aqui é a coisa mais difícil do mundo, pegando um prefeito que não tenha é... que não tem vínculo com essa elite, entendeu? (Lucas, em entrevista, 2017).

O enunciador utiliza, no fragmento 017, o advérbio “extremamente”, seguido do adjetivo “tradicional”, para se referir à cidade de Uberlândia. Na seleção lexical “quem manda são as grandes empreiteiras e uma elite bem casta aqui nessa cidade”, o enunciador utiliza a combinação de duas palavras do mesmo campo semântico, sendo elas, “elite” e “casta”, para indicar que um grupo social de caráter hereditário comanda a cidade.

O entrevistado finaliza o fragmento “se você pegar um, pra administrar essa cidade aqui é a coisa mais difícil do mundo, pegando um prefeito que não tenha é... que não tem vínculo com essa elite”, utilizando a conjunção subordinativa “se” para indicar que a condição para administrar a cidade é ter vínculo com a elite, demonstrando o elitismo como fator forte nas práticas de gestão da cidade de Uberlândia.

O entrevistado Adelino, no fragmento 018, expõe como percebe o comportamento da população frente às características de gestão reconhecidas na região. Em seu discurso, é discutida a passividade da população em geral frente às práticas de gestão autoritária:

[...] quando você chama a população pra conversar, ela assusta porque ela nunca foi chamada... Aí eu já ouvi até uma expressão assim: " eu fui chamado pra discutir. O que eles querem em troca?" Aí, quando você termina a conversa com o grupo, né? Eles falam assim: "e aí nós precisamos fazer o quê?" Ou seja, pra aquilo acontecer, o que é que nós temos que fazer? “Para aquilo acontecer, nós temos que fazer o necessário pra que aquilo aconteça” ... E eles falam assim: “Se o homem lá não deixar...”. Eu falo assim: “Tem estratégias de fazer o homem deixar” Então, em Uberlândia, tem um problema sério, né? Que não é só o Executivo, o Legislativo e o Judiciário também...tem essa característica muito forte, né? (Adelino, em entrevista, 2017).

O enunciador Adelino utiliza, na seleção lexical “...quando você chama a população para conversar, ela assusta porque ela nunca foi chamada”, a combinação do verbo “assustar”, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, e o advérbio “nunca” para dar um sentido de que o susto da pessoa está relacionado ao fato de que ela nunca é ouvida. Nesse sentido, no fragmento 018, é perceptível ainda a utilização constante das palavras “fazer” e “acontecer”, que trazem uma formação semântica, quando alinhadas com a frase “Se o homem lá não deixar...”, de que a ação dos indivíduos é realizada a partir de sua submissão/passividade frente a um outro indivíduo em posição de poder.

Os discursos analisados nesta seção têm a sua distribuição feita por meio de cadeias de intertextualidade para os textos provenientes dos fragmentos 006 a 018, ao passo que os discursos presentes nos fragmentos de 001 a 005, além da ausência de intertextualidade, não expuseram interpretação alguma e são marcados pela informalidade em sua formação. Além disso, esses discursos possuem um gênero e produção individual.

Os discursos provenientes dos fragmentos 006 a 018, por sua vez, exigem um trabalho inferencial de grande complexidade, uma vez que esses são construídos com informações históricas e políticas da cidade de Uberlândia-MG. Esses discursos apresentam quatro padrões que apontam elementos de regionalidade nas práticas de gestão e que possuem associação com a corrupção a partir da interpretação dos enunciadores sobre o tema, sendo eles: o paternalismo, patrimonialismo, elitismo e o coronelismo.

A produção e o gênero dos discursos presentes nos fragmentos 006 a 018 são de natureza individual, pois esses são construídos a partir de percepções individuais, muito embora a produção possua influência coletiva para ser criada. A prática social não corresponde às estruturas sociais hegemônicas, pois esses discursos destacam a interpretação de elementos que são atribuídos à gestão regional e, em grande parte, ligados à forma pela qual os gestores públicos conduzem o poder nesse âmbito. Os discursos são carregados de crítica política e questionam as estruturas sociais impostas pelo sistema econômico vigente.

5 Conclusão

Entre os elementos de regionalidade encontrados no discurso dos entrevistados sobre a sua interpretação da corrupção, foi constatada a dificuldade que os gestores entrevistados tiveram em expor exemplos de casos de corrupção e de prejuízos dela advindos nas organizações da região. Isso denota uma característica encontrada em seus discursos, de que, apesar de reconhecerem e terem um conceito para a corrupção, não percebem seus prejuízos e de forma clara a ponto de exemplificarem sua ocorrência na região. Ainda, quatro padrões foram levantados como elementos de regionalidade nas práticas de gestão na cidade de Uberlândia, segundo a interpretação dos entrevistados. De acordo com os entrevistados, esses elementos têm associação com a corrupção, sendo eles: o paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo.

Os entrevistados demonstraram, por meio de seus discursos, compreender os traços de regionalidade ligados à corrupção praticada na cidade de Uberlândia, prioritariamente, aqueles relacionados à política. Quanto a esse grupo de discursos que criticam e percebem os traços de regionalidade ligados à corrupção em Uberlândia como associados à política, devemos, estes os fazer ao considerar os elementos culturais, sociais e econômicos que, provavelmente, influenciaram a interpretação dos padrões expostos nos discursos. Esses elementos, a partir dos discursos produzidos, podem demonstrar como a corrupção política é percebida pelos enunciadores.

Ao citar o **paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo** como elementos regionais percebidos nas práticas de gestão pública da cidade de Uberlândia-MG, os enunciadores demonstram, em seu discurso, que a sua interpretação é construída a partir de discursos da formação regional, amparados em aspectos históricos e regionais que são semelhantes ao que foi discutido na revisão da literatura.

No entanto, é possível inferir que esses discursos, construídos a partir de uma perspectiva histórica/cultural, são, na verdade, produzidos e reproduzidos como uma forma de manutenção de poder ligada à soberania política. Apesar de haver uma interpretação acerca do interesse individual dos políticos, os discursos que apresentam características regionais

reforçam o posicionamento de que há uma classe historicamente beneficiada que detém o poder, mas não são enfáticos no que diz respeito a uma reação a essa situação.

Esta pesquisa apresenta contribuições de natureza teórica e prática. Teóricas por que discute a corrupção associada aos traços de regionalidade, revelando como os gestores públicos interpretam o fenômeno da corrupção; e prática por que os resultados encontrados podem ser utilizados para a elaboração de políticas públicas com vistas ao combate à corrupção. Sugerimos para futuras pesquisas que sejam realizadas pesquisas comparativas com outros municípios brasileiros buscando entender como a corrupção se perpetua, e, ainda, pesquisas que considerem compreender as interpretações de gestores do setor privado sobre o fenômeno.

Referências

- BARR, A; SERRA, D. Corruption and culture: An Experimental Analysis. **Journal of Public Economics**. v. 94, n. 11–12, p. 862–869.2010.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BORGES DE FREITAS, A. Traços para uma análise organizacional. In: PRESTES MOTTA, F. e CALDAS, M. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo : Atlas, 1997.
- BORINI, F.M; GRISI, F.C. A corrupção no ambiente de negócios: survey com as micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Revista de Gestão USP**. v.44, n.2, p.102-117, 2009
- BREI, Z. A. Corrupção: dificuldade para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 64-77, 1996.
- CONNELLY, B S.; ONES, D. S. The Personality of Corruption A National-Level Analysis. **Cross-Cultural Research**.v. 42, n. 4, p. 353-385.Novembro. 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,2001.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.
- FISMAN, R; MIGUEL, E. Corruption, norms, and legal enforcement: evidence from diplomatic parking tickets. **Journal of Political Economy**. v. 115, n.6, p.1020–1048, 2007.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Entenda a Operação Zelotes da Polícia Federal. 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1611246-entenda-a-operacao-zelotes-da-policia-federal.shtml> >. Acesso em: 17 mai. 2017.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations**. New York: McGraw Hill, 1997.
- HUSTED, B. W. Wealth, Culture, and Corruption. **Journal of International Business Studies**, v. 30, n.2, p. 339-359, 1999.
- MELO, F. L. N. B.; SAMPAIO, L. M. B.; OLIVEIRA, R. L. Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 19, n. 3, art. 5, p. 374-397, 2015.
- MESQUITA, N; MOISES, J. A.; ELDASI, G. O projeto corrupteca. uma ferramenta analítica para a análise do fenômeno da corrupção. **Media e Jornalismo**. v.14, n.26, p.65-76, 2015.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.Caso Lava Jato: Entenda o Caso.2017. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso:17 mai. 2017.
- RODRIGUES, R, P; MILFONT, T, L; FERREIRA, M, C; PORTO, J, B; FISCHER, R. Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological constructo. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**. v. 45. n. 1. p. 27-36, 2011.

SANTOS, R. A.; GUEVARA, A. J. H.; AMORIM, M. C. S. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. **Revista de Administração da USP**, v.48, n.1, p.53-66, jan./fev./mar. São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, D. B. da. **Patrimonialismo e burocracia: uma análise sobre o poder judiciário na formação do estado brasileiro**. 2006. 301 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

TORSELLO, D; VERNARD, B. The Anthropology of Corruption. **Journal of Management Inquiry**. v. 25, n. 1, p. 1-21, 2015.